

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

FALANDO COM AS MÃOS:

O assistente social e o desafio no atendimento aos surdos na sociedade ouvinte

Autor: TEREZINHA DE JESUS ALMEIDA
Assistente Social – Especialista em Direito de Família
End.: Rua Óbidos, nº 25 – Interventoria
E-mail: tereza.j.almeida@hotmail.com
Tel.: (93) 99124 5273

Eixos Temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Santarém - PA
2016

**FALANDO COM AS MÃOS: O assistente social e o desafio
no atendimento aos surdos na sociedade ouvinte**

TEREZINHA DE JESUS ALMEIDA¹

RESUMO

Este Artigo objetiva principalmente estudar a relação jurídica existente entre a compreensibilidade dos surdos e a capacitação dos profissionais Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, Libras, em concomitância com a Lei, segundo a Constituição Federal todas as pessoas devem ter igualdade de direitos, conforme o Princípio da Dignidade Humana, respeitando a justa medida de suas diferenças. Nesse processo, inclui-se o direito à acessibilidade, garantido pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e outros dispositivos legais. Dentre as pessoas, com esse direito garantido, estão os surdos, que têm direito ao acesso às informações por meio da presença do Tradutor.

Palavras-chave: Serviço Social. Surdos. Inclusão

ABSTRACT

The objective of this article mainly study the legal relationship between the comprehensibility of the deaf and the training of professional interpreters of the Brazilian Sign Language, Pounds, in concurrence with the law, according to the Federal Constitution all people should have equal rights as the Principle Human dignity, respecting the full measure of their differences. In this process, including the right to access, guaranteed by the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities and other laws. Among people with this guaranteed right, they are the deaf, who are entitled to access to information through the translator presence.

Keywords: Social Service. Deaf. Inclusion

¹ Assistente Social – Especialista em Direito de Família; End.: Rua Óbidos, nº 25 – Interventoria; E-mail: tereza.j.almeida@hotmail.com; Tel.: (93) 99124 5273

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a falta de capacitação profissional de Tradutor da Língua de Sinais, voltado à categoria dos Assistentes Sociais, meio às transformações da sociedade, trazendo para si alternativas em vias de suprir novas demandas sociais advindas do crescimento populacional, inserindo neste contexto a relação de atendimento feito por estes profissionais junto à sociedade surda.

Dentro deste contexto, encontramos autores que sinalizaram no campo da pesquisa sobre as políticas voltadas para este segmento, assim, Skliar (1998) defende que as crianças surdas devem crescer bilíngues, sendo a primeira Língua a de Sinais e a segunda, a originária de seu país. A aquisição da Língua de Sinais garante ao surdo o desenvolvimento linguístico e, além disso, permite o desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo-emocional e o desenvolvimento da identidade e da cultura surda. Behares (2000), por sua vez, apresenta um argumento de reconstrução do processo educacional, a fim de inserir o surdo no mundo dos ouvintes pela percepção de que eles são diferentes e não anormais ou deficientes. O autor propõe um projeto político e educacional que visa a criação de políticas linguísticas, de identidade, comunitárias e culturais e que reconheça que o melhor para o surdo é uma Educação Bilíngue Bicultural, pois propõe dirigir através da identidade bicultural da criança surda seu acesso à cultura ouvinte majoritária, tendo como enfoque a utilização da Língua de Sinais da comunidade e todos os benefícios socioculturais e intelectuais que sua aquisição proporciona para permitir o acesso rápido e natural da criança surda ao currículo da comunidade ouvinte.

Para a realização deste trabalho apresentamos as seguintes questões norteadoras:

- Quem é o profissional bilíngue?
- Quais os desafios para a realização da inclusão dos surdos que viabilize suas demandas nos seus respectivos atendimentos?

DESENVOLVIMENTO

Etimologicamente, o termo surdo tem origem no latim (*surdus*) e no grego (*kophós*) designativo de uma situação dupla: o homem que, não escuta e o homem que não é entendido. Também indica o entorpecido, passando a significar, depois de Homero (*kopháomai*), referente ao ato de ficar mudo, ser estúpido ou insensível. Na

primeira designação, há uma referência à qualidade daquela pessoa que, por sua singularidade, toma-se diferente das demais. Já, após Homero, com a significação de 'mudo' introduz-se um equívoco, ou seja, de que o surdo não fala e que a fala é entendida no âmbito único da oralidade. Também, introduz-se a ideia de dupla falta: incapacidade física (órgão auditivo defeituoso) e incapacidade emocional (estúpido e insensível) (QUADROS, 2006, p. 48).

Na Antiguidade, os surdos não eram considerados seres humanos competentes. A comunicação através de conceitos era reconhecida como uma forma privilegiada de manifestação da inteligência e, esta, só seria manifestada a partir da fala. Os sinais não eram considerados como língua, mas como gestos primitivos. Assim, quem não ouvia e não falava oralmente também não pensava (QUADROS, 2006).

Observa-se dessa forma que, os surdos, assim como as pessoas que tinham algum tipo de deficiência não recebiam em épocas antigas, o mesmo tratamento que uma pessoa normal.

Na década de setenta, na Inglaterra e na Suécia, percebe-se que a língua de sinais deveria ser usada independente da oral e de outras e não só as duas concomitantes, surgindo então a Filosofia Bilíngue, ganhando adeptos no mundo inteiro.

Nesta filosofia parte-se do pressuposto que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, adquirir a língua materna, oficial de seu país, e a língua de sinais, a natural dos surdos (GOLDFELD, 1997, p. 37).

O autor acima nos sinaliza para tais questionamentos ao dizer que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, adquirir a língua materna, oficial de seu país, e a Língua de Sinais, Libras, garantida por Lei, conforme mostraremos no decorrer deste trabalho.

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é a forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que esta é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008, p. 44).

A forma parcial dos registros dos vários pesquisadores, mostra-nos a preocupação deles em nos apresentar a história de surdos em uma visão que focaliza, na maior parte, em esforços de fazer de sujeitos surdos, modelos de sujeitos ouvintes, ao oferecer durante sua história “curas” para as suas “audições” danificadas (PERLIN; STROBEL, 2006, p. 8).

Os sujeitos surdos eram rejeitados pela sociedade e, posteriormente, eram isolados nos asilos para que pudessem “ser protegidos”, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua anormalidade, ou seja, aquela

conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, tornando-os 'anormais' ou 'doentes' perante a sociedade. (PERLIN; STROBEL, 2006, p. 6).

O contato com a comunidade surda é de extrema importância, como afirma Vygotsky (apud GESUELI, 2006, p.3) “a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada, as ocorrências de mediação primeiramente vão emergir de outrem e depois vão orientar-se ao próprio sujeito.” E ainda segundo Góes (1998, apud GESUELI, 2006, p. 4) “a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com outro”.

A linguagem envolve não apenas ouvir, discriminar, memorizar, mas um trabalho (meta)linguístico do sujeito sobre a língua, os movimentos enunciativos aos quais o sujeito recorre, a subjetividade que põe em evidência as escolhas lexicais, a construção sociocognitiva do sentido. São esses movimentos que fazem o processamento da linguagem se realizar. (SANTANA, 2005 apud SANTANA, 2010, p.141).

Segundo Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos muito importantes na busca de uma sociedade inclusiva. “Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja reconhecimento da surdez, pois é por intermédio da linguagem que significamos o mundo e conseqüentemente nos significamos” (GESUELI, 2006, p. 9)

Conforme Sasaki (1997), apesar do esforço crescente, ainda são insuficientes projetos que assegurem todo o apoio a professores e alunos. Por conseguinte, sente-se que a eficácia no processo de educação inclusiva deve manter também espaços de convivência que desestimulem a discriminação e o preconceito. O que hoje é normal pode não ter sido ontem e não sabemos como será amanhã. O que aqui é normal pode ser anormal em outro lugar ou viceversa. De tal maneira que o normal não se encontra dentro da pessoa, mas fora dela é aquilo que os outros percebem nas pessoas.

O Bilinguismo (num sentido escrito) é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. No entanto, o reconhecimento dos surdos enquanto pessoas surdas e da sua comunidade linguística estão inseridos dentro de um conceito mais geral de bilinguismo.

Esse conceito mais geral de bilinguismo é determinado pela situação sócio-cultural da comunidade surda como parte do processo educacional. O fato de serem pressupostas duas línguas no processo educacional da pessoa surda, a Língua Brasileira de Sinais e a

Língua Portuguesa, está inserido num processo educacional. Bilinguismo para surdos atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e fora dela dentro de uma perspectiva sócio-antropológica.

O bilinguismo, tal como entendemos, é mais do que o uso de duas línguas. É uma filosofia educacional que implica em profundas mudanças em todo o sistema educacional para surdos. A educação bilíngue consiste, em primeiro lugar, na aquisição da língua de sinais, sua língua materna. Lacerda & Mantelatto (2000) afirmam que “o bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, consequentemente, um desenvolvimento integral”. A comunidade dos surdos está inserida na grande comunidade de ouvintes que, por sua vez, caracteriza-se por fazer uso da linguagem oral e escrita.

O bilinguismo propõe que o surdo comunique-se fluentemente na sua língua materna (língua de sinais) e na língua oficial de seu país. Oral ou escrita? Essa questão polêmica divide os educadores de surdos. No entanto, todos concordam que o desenvolvimento cognitivo, afetivo, sócio-cultural e acadêmico das crianças surdas não depende necessariamente de audição, mas sim do desenvolvimento espontâneo da sua língua. A língua de sinais propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, facilita o processo de aprendizagem, serve de apoio para a leitura e compreensão.

De acordo com Souza (1998), “a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade”.

Em síntese, a integração plena da pessoa surda passa, necessariamente, pela garantia de convívio em um espaço, onde não haja repressão de sua condição de surdo, onde possa expressar-se da maneira que mais lhe satisfaça, mantendo situações prazerosas de comunicação e de aprendizagem. Para Vygotsky (1989), “a trajetória principal do desenvolvimento psicológico da criança é uma trajetória de progressiva individualização, ou seja, é um processo que se origina nas relações sociais, interpessoais e se transforma em individual, intrapessoal”.

Os surdos só farão leitura de mundo através da Língua de Sinais, ainda que estes sejam oralizados, pois não teria como eles se reconhecerem como parte integrante da

comunidade surda sem o domínio da Língua de Sinais, e tão pouco se identificar com a comunidade ouvinte. Como nos aponta Gesueli (2006: 290):

O surdo tem, até hoje, vivido um movimento de resistência, buscando o reconhecimento de sua cultura, tentando fazer-se presente como minoria linguística, mesmo que ainda fragmentado e dividido pelo grupo que se submete à hegemonia cultural.

A Língua de Sinais foi garantida, a partir de leis, aos sujeitos surdos como língua natural de sua comunidade. No ano de 2002 foi sancionada a lei 10.436 que “reconhece, no Artigo 1º, como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e outros recursos de expressão a ela associados.” É entendida como Língua Brasileira de Sinais.

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A lei que entrou em vigor em 24 de abril de 2002 garante aos surdos o direito de exercer a língua de sinais como primeira língua, para que assim interajam socialmente e tenham direito de fato a inclusão social.

Outra Lei de suma importância para a educação de surdos é o decreto 5.626, instituído em 22 de dezembro de 2005. De acordo com o artigo 3º da lei

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como podemos verificar, a Lei existe, e deve ser executada com total eficácia, garantindo excelência no atendimento realizado pelos profissionais do Serviço Social, a partir de uma visão inclusivista e humanizada. Tais ações terão seu pleno desenvolvimento, a partir de capacitações e cursos profissionalizantes que qualifiquem estes atores sociais.

Dessa forma, Vygotsky (REGO, 1996) acreditava que as características e atitudes individuais estão ligadas as trocas com o coletivo. Para este autor esse desenvolvimento humano dado em relação nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação ficou conhecido como sociointeracionismo.

Do ponto de vista de Vygotsky, o desenvolvimento humano é compreendido não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim como

produto de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro.

Vygotsky (REGO, 1996 e KHOL, 2008) acredita que não só as características individuais, mas até mesmo suas atitudes individuais estão completamente repletas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual de um ser humano foi construído a partir de sua relação com o outro. Sendo assim, não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem, pois é a partir da interação com outros indivíduos que se promove o desenvolvimento das estruturas mentais.

Deste modo o objetivo da pesquisa se fundamentou principalmente em identificar elementos que agregam valor à formação do profissional intérprete de LIBRAS, neste caso, a capacitação voltada para o Assistente Social, na tentativa de investigar sua atuação no contexto inclusivista.

Importante saber que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, onde realiza sua ação profissional no âmbito das políticas sociais, na esfera pública e privada. Neste sentido, desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profissional e por meio da pesquisa, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais.

A presença do A.S nas Instituições como Intérprete ou Mediador da Língua de Sinais é de fundamental importância, e sua intervenção profissional é indispensável para a instituição, principalmente para os que dependem dos programas desenvolvidos nos mesmos, através de uma ação conjunta, pois através do seu exercício profissional, busca a garantia dos direitos dos usuários, e de todos que assim necessitarem.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os Assistentes sociais, por meio da prestação de serviço sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológico) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2008, p.163)

Em meio à essa perspectiva de transformação social, prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no

cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2000, p. 20).

Esse movimento requer, extrapolar as rotinas organizacionais⁴, um olhar crítico para além das paredes institucionais⁵, numa busca pela apreensão do dinamismo da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional uma vez que:

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (Iamamoto, 2000, p. 21).

Tais profissionais devem propor segurança de desenvolvimento e autonomia, pautados no respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social; vivenciando experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural; tendo acesso a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania.

Essa discursão, nos leva a questionar quanto a necessidade que os Assistentes Sociais têm na aprendizagem de LIBRAS, bem como quanto a necessidade da inserção de um intérprete que venha a auxiliar em seus respectivos atendimentos.

CONCLUSÃO

Foi de suma importância trabalhar o contexto histórico dos surdos dentro de um processo de reestruturação social, construído pelos próprios surdos ao se depararem com a cultura ouvintista, apoiados por alguns defensores da cultura bilíngue, tendo como pano de fundo as transformações sociais voltados para às limitações impostas por todos aqueles que se dizem inclusivistas e acabam por negar a subjetividade desta cultura, criando assim verdadeiros guetos, dentro das sociedades de um modo geral.

Analisar conceitos e as compreensões dos surdos, através da sua língua materna, ou seja, a LIBRAS, foi de fato uma experiência única, vivenciada e apreciada, junto aos movimentos que de uma forma ou de outra contribuem para a divulgação da cultura surda em Santarém, através de palestras, oficinas e seminários voltados para esta temática.

Assim, concluímos que as ações desenvolvidas para estes usuários ainda são insuficientes, de modo a atender às expectativas dos mesmos, incluindo a falta de habilidades em LIBRAS que atenda estes atores sociais, como também a ausência de

conhecimento relativo a esta temática, tornando o atendimento comprometido e sem a devida comunicação entre o profissional e o surdo.

A importância desta pesquisa se deu para ampliar o processo de formação profissional e também para verificar que o exercício profissional é um processo dialético, no qual, requer que o Assistente Social deve estar sempre se atualizando, investigando a realidade social, um diagnóstico das Políticas em que o mesmo vai atuar, a fim de criar mecanismos que façam a diferença em sua atuação profissional.

Dessa forma, a elaboração deste texto como conclusão de curso na área de Direitos de Família, marca o início de um estudo detalhado sobre o tema da Inclusão social dos surdos e o papel do A.s. neste contexto. Deste modo, estivemos imbuídos para discussões acerca na urgência em capacitação de recursos humanos, ou seja, o A.S. na busca de sugerirmos alternativas para a melhoria em seus respectivos atendimentos.

REFERÊNCIAS

BEHARES, Luís Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo**: dos enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria, UFSM, 2000.

BRASIL. Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, 2002.

_____. Decreto Federal 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, 2005.

GESUELI, Zilda Maria. **Lingua(gem) e identidade**: A surdez em questão. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan/abr, 2006.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

JOSÉ FILHO, Pe. M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Unesp – FHDSS, 2002, 158 p. (Dissertações e Teses, n. 5).

KHOL, Marta. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2008.

LACERDA, C. B. F.; MANTELATTO, S. A. C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.;

LIMA, M. C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 21-41.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karen. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Dissertação de mestrado em fase de elaboração na área de educação GES/UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

REGO, Teresa Cristina. **Uma Perspectiva Histórico-cultural da Educação**. Vozes, 1996.

SANTANA, Ana. Paula. **Surdez e Linguagem**. Aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus Editora, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed W. V. A, 1997.

SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, R. G. **Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL Karin. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.